
**GEOGRAFICIDADES DOS PRIMEIROS FORMADOS PELA CASA
FAMILIAR RURAL DE QUILOMBO-S.C.**

**GEOGRAPHICITIES OF THE FIRST GRADUATES OF THE
QUILOMBO-SC RURAL FAMILY HOUSE**

**GEOGRAFICIDADES DE LOS PRIMEROS EGRADOS DE LA
CASA FAMILIAR RURAL DE QUILOMBO-S.C.**

Luiz Paulo Monteiro¹

lupamonteiro@yahoo.com.br

Valdir Skrzypczak²

valdir_09@yahoo.com.br

Marli Terezinha Szumilo Schlosser³

marlisch20@hotmail.com

Carmen Rejane Flores⁴

carmenrejanefw@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste texto é expor um recorte da pesquisa de mestrado intitulada “O Viver e o Produzir a partir da formação além da técnica: “O caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997”, sendo essa a primeira CFR no estado de Santa Catarina. Para este trabalho, foi utilizado o método dialético, no qual capital e trabalho não estão separados, mas unidos dialeticamente na produção capitalista, tratando também de elementos de sucessão geracional dos sujeitos do campo. O grupo pesquisado tem idades que variam de 35 a 45

¹ Discente do Programa de Pós -Graduação em Geografia-Doutorado da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus-Francisco Beltrão-PR.

² Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste - campus de Francisco Beltrão (2013). Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM (2020). Email: valdir_09@yahoo.com.br<https://orcid.org/0000-0002-0527-6597>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5094144184004158>. Integrante do Laboratório de Pesquisa LEG –Laboratório de Ensino de Geografia e Linha/Grupo de Pesquisa ENGEO –Ensino e Práticas de Geografia, número de grupo 34953/2011, cadastrado junto à Unioeste.

³ Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (2001), doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005). Pós-doutorado no Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco-UFP (2009-2010). Atualmente é professora Associada C da Universidade Estadual do Oeste do Paraná Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1262151295695350> Email: marlisch20@hotmail.com.

⁴ Doutorado em Geografia Revalidação de Título no Exterior pela Universidade Federal de Santa Catarina (2003) e doutorado em Geografia e Ciências do Território - Universidad de Córdoba - Espanha (2001). Curso de Pós-doutorado (Estágio sênior no Exterior/ CAPES Print 2017) na Universidade Pablo de Olavide, Sevilha, Espanha. Atualmente é professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria. Email: carmenrejanefw@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9604409518707631>

anos de idade. Foram entrevistados dez egressos, dez pais e três monitores da instituição, observando a relação dialética das atividades, bem como, os elementos de formação na perspectiva de emancipação social. identidade do que os jovens realizam atualmente.

Palavras-chave: Juventude Rural e Educação. Educação do Campo. Pedagogia da Alternância.

ABSTRACT: The objective of this text is to present an excerpt from the master's research entitled "Living and Producing from training beyond technique: "The case of graduates from Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, in the period from 1990 to 1997", this being the first CFR in the state of Santa Catarina. For this work, the dialectical method was used, in which capital and work are not separated, but dialectically united in capitalist production, also dealing with elements of generational succession of rural subjects. The group researched ranges in age from 35 to 45 years old. Ten graduates, ten parents and three monitors from the institution were interviewed, observing the dialectical relationship of activities, as well as the training elements from the perspective of social emancipation. identity of what young people are currently doing.

Key words: Rural Youth and Education. Rural Education. Alternation Pedagogy.

RESUMEN: El objetivo de este texto es presentar un extracto de la investigación de maestría titulada "Vivir y Producir desde la formación más allá de la técnica: "El caso de los egresados de la Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, en el período de 1990 a 1997", este siendo el primer CFR en el estado de Santa Catarina. Para este trabajo se utilizó el método dialéctico, en el que capital y trabajo no están separados, sino unidos dialécticamente en la producción capitalista, abordando también elementos de sucesión generacional de los sujetos rurales. El grupo investigado tiene edades comprendidas entre 35 y 45 años. Se entrevistó a diez egresados, diez padres de familia y tres monitores de la institución, observándose la relación dialéctica de las actividades, así como los elementos formativos desde la perspectiva de la emancipación social. identidad de lo que los jóvenes están haciendo actualmente.

Palabras clave: Juventud y Educación Rural. Educación Rural. Pedagogía de la alternancia.

INTRODUÇÃO

O artigo traz à discussão os elementos da identidade do primeiro grupo de jovens⁵ egressos da Primeira Casa Familiar Rural de Santa Catarina, na cidade de Quilombo, localizada no Oeste catarinense⁶.

De acordo com a figura 1, a área de estudo compreende o município de Quilombo, no Oeste catarinense, onde foi implantada a primeira Casa Familiar Rural - CFR no Estado de Santa Catarina, em 1997. Ao traçar os aspectos metodológicos da pesquisa, procura-se

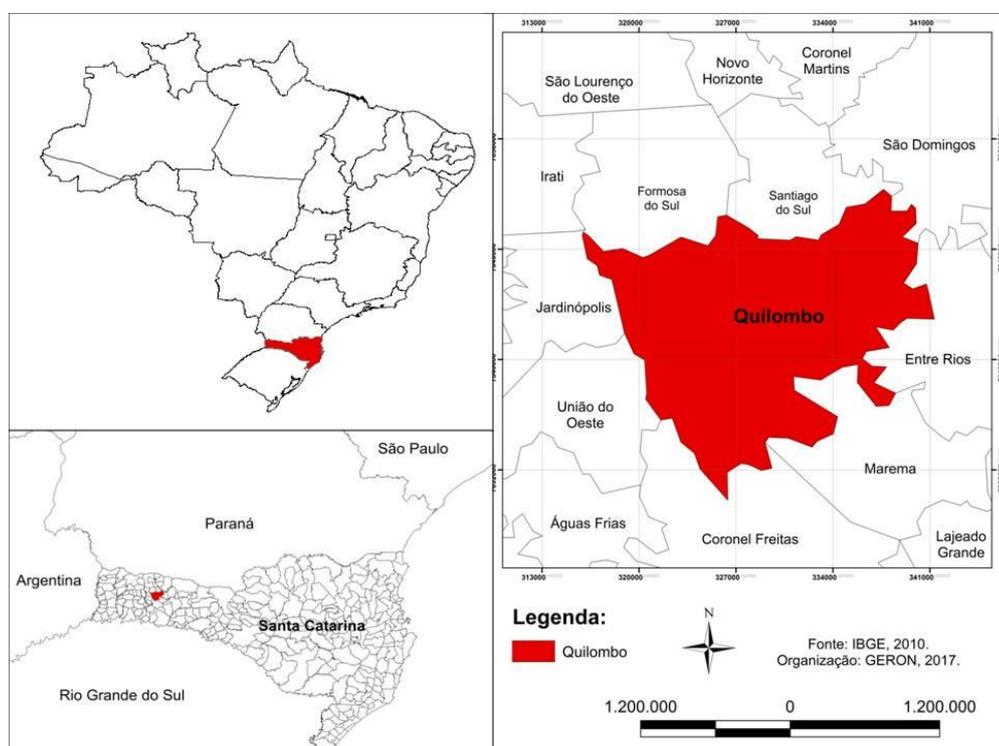
⁵ A terminologia jovens é utilizada em função das formações que os monitores recebiam da ARCAFAR-SUL, haja vista que a categoria ex-aluno não deveria ser utilizada, mas sim jovem egresso da CFR. É importante destacar que esses sujeitos no período pesquisado, tinham idades entre 13 a 20 anos.

⁶ Este estudo é fruto da dissertação de mestrado, intitulada "O Viver e o Produzir a partir da formação além da técnica: "O caso dos egressos da Casa Familiar Rural Santo Agostinho/Quilombo, SC, no período de 1990 a 1997", sendo essa a primeira CFR no estado de Santa Catarina, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste Campus de Francisco Beltrão, no Programa de Pós-Graduação em Geografia.

desvendar elementos fundantes na formação dos jovens egressos dessa primeira turma; também, será analisado o contexto histórico da época, bem como a atual situação desses jovens, com contrapontos com a formação recebida comparativamente à escola tradicional.⁷

É importante destacar que a CFR tem relação direta com a Educação do Campo pois busca-se uma educação que faz a leitura do contexto da realidade e das necessidades do campo, utilizando a Pedagogia da Alternância, respeitando as peculiaridades da comunidade, vislumbrando a luta por direitos enquanto movimento social.

Figura 1 – Mapa de localização do município de Quilombo-SC



Fonte: IBGE (2010) organização de Geron (2017).

O município de Quilombo está localizado a 45 quilômetros de Chapecó, polo regional do Oeste catarinense e a 680 km da capital do Estado, Florianópolis.

É importante destacar que, para a realização da pesquisa sobre os jovens egressos da CFR Santo Agostinho, inicialmente foi realizada a revisão bibliográfica em teses, dissertações,

⁷ Refere-se à escola que se centra no professor como detentor absoluto do conhecimento, em que o conteúdo se baseia no esforço intelectual e na assimilação de informações, em alunos como bloco homogêneo, metodologias exaustivas e repetitivas, em avaliação que prima pela capacidade de memorização para decorar a lição, com prêmios e punições que estimulam a competitividade entre os alunos, alicerçado até por meio de castigos corporais, com atenção através da intimidação.

monografias e artigos científicos relacionados à formação da Pedagogia da Alternância - PA, Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFAs) e às CFRs. Desta forma, foram realizadas pesquisas sobre os diferentes conceitos vinculados à Pedagogia da Alternância, da estrutura metodológica no contexto de Educação do/no Campo, da história da CFRs, da formação recebida pelos jovens egressos, bem como do perfil socioeconômico atual desses sujeitos e como foram preparados para o mundo do trabalho.

A análise qualitativa das entrevistas proporcionou o suporte das informações recolhidas e analisadas metodologicamente, a partir da problematização e da organização da pesquisa científica. Assim, pode-se afirmar que a análise “[...] e a incorporação dos dados contraditórios” possibilitam o uso “[...] de diferentes técnicas de investigação”, como a pesquisa de campo e as entrevistas (Sposito, 2001, p. 102), na busca de compreender a história de vida dos sujeitos da pesquisa, assim como a PA.

Para Frasson (2014), o método dialético também possibilita construir e desconstruir o discurso e fazer o contradiscurso, pois, a partir do recorte espacial, permite a leitura da totalidade. É importante destacar que atualmente na sociedade capitalista, as contradições existentes são gritantes. Compreende-se que essas contradições pressupõem a dialética do sistema capitalista, coincidindo com a teoria e a práxis, e buscando a transformação revolucionária da realidade social (Löwy, 2009).

Portanto, a pesquisa parte de uma base qualitativa, a partir do estudo de caso da primeira turma que se formou em uma CFR em Santa Catarina, sendo escolhido um grupo de jovens, pais, parceiros e monitores da época para compreender como se organizou o processo de escolarização, como e onde estão hoje, com quem convivem; parte-se de uma análise histórica, desde o nascimento da instituição até os dias atuais, a partir de uma pesquisa mais ampla da primeira CFR de Santa Catarina e a formação do primeiro grupo de jovens camponeses do estado.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram entrevistados os parceiros compreendidos como os artífices da implantação da CFR Santo Agostinho. Posteriormente, foram identificados e escolhidos os pais, monitores e jovens que fizeram parte da pesquisa, observando a proximidade geográfica em relação à CFR – foram escolhidos sujeitos de diferentes comunidades.

Focalizou-se, neste trabalho, um estudo sobre os aspectos relacionados à situação socioeconômica, cultural, política dos jovens egressos, e o que a formação na instituição

possibilitou aos jovens egressos da primeira turma formada na CFR Santo Agostinho, de Quilombo, Santa Catarina, a partir da P.A.

O JOVEM EGRESSO DA CFR SANTO AGOSTINHO: AGRICULTOR FAMILIAR OU CAMPONÊS FAMILIAR?

Segundo Zimmermann (2014), no contexto globalizado, competitivo e excludente, a agricultura camponesa mostra-se um desafio permanente, capaz de constituir outros sujeitos e promover o diálogo entre diferentes atores na busca de autonomia política, social, cultural e econômica. Tratando-se, como diz Fernandes (2012), de um processo de disputa de territorialização do agronegócio, em detrimento do campesinato, {desterritorialização}, aquela cria um complexo de sistemas (agropecuário, industrial, mercantil, tecnológico, financeiro e ideológico). Por outro lado, existe um processo de reterritorialização, na luta contra esse modelo hegemônico. Esse alinhamento pode ser evidenciado nesta pesquisa: os jovens acabam reterritorializando seu espaço de vivência a partir da valorização da sua cultura, dos seus costumes, na luta por seus direitos, como resistência ao capital.

Assim, analisar a realidade das escolas do campo é também observar o processo de exclusão a que as populações do campo são submetidas, o qual agrava o processo de êxodo rural. O que contribui decisivamente para esse processo de exclusão são as próprias perspectivas de formação recebidas nas escolas, como destaca Skrzypczak (2013), as quais vinculam-se a um processo voltado para o trabalho alienado no campo e na cidade (principalmente nas grandes agroindústrias), ampliando o processo de migração e de exclusão.

É importante destacar que será utilizado os termos “camponês” e “campesinato”, pois permitem apreender a complexidade do sujeito histórico que designam, diferentemente do que ocorre com outros conceitos, como “pequena produção” e “agricultura familiar”. Tratam-se, aqueles, de conceitos que possuem uma história significativa no interior das ciências sociais e que se têm relacionado às disputas políticas e teóricas travadas em torno da interpretação da questão agrária brasileira e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo. Entende-se o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção, um modo de vida.

O conceito de “camponês familiar” destaca a complexidade na compreensão do sujeito histórico, diferenciando-se da denominação “agricultor familiar”. Camponês carrega em si, a história e a identidade cultural referindo-se à forma de viver, à cultura passada de geração em geração, por vezes não se vinculando às tecnologias modernas da agricultura. Fernandes (2002), assevera que muitos pesquisadores que utilizam o conceito de “agricultura familiar” de forma teórica consistente não empregam o termo “camponês”. Em contrapartida, aqueles que utilizam o conceito de “camponês” podem referir-se a ele como “agricultor familiar”, não como um conceito, mas como uma forma de organização do trabalho. Assim, ao termo/conceito “camponês” podem ser associadas outras designações, como “pequeno agricultor” ou “pequeno produtor”.

Os teóricos da agricultura familiar apresentam diversos elementos para justificar o conceito de “agricultura familiar”. Entre esses elementos estão a integração ao mercado, o papel dominante do Estado no desenvolvimento de políticas públicas e o processo de modernização da agricultura (Abramovay, 1992; Veiga, 1991). Essas características ajudam a delinear a distinção entre os conceitos de “camponês familiar” e “agricultor familiar”, evidenciando a complexidade e a riqueza de cada um desses termos no contexto das pesquisas agrárias.

Em termos de políticas públicas oficiais, no caso brasileiro, o termo mais utilizado com frequência é “agricultura familiar”. Conforme o IBGE (2006), a “agricultura familiar”, de acordo com Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006, foi assim definida:

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro módulos fiscais);
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;

III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e faiscaidores;

IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

No caso de “campeinato”, os trabalhos pautados nesse conceito são importantes para compreender o processo de resistência e luta que existe no campo, ao mesmo tempo admitindo, mas também resistindo com relações não capitalistas, na busca de valorização que priorize o trabalho e não o capital. Portanto, neste trabalho, será utilizado o termo “camponês familiar”, conceito que vem carregado das contradições históricas que o campo brasileiro vive, inclusive remontando ao passado de lutas no campo, e projetando-se ao futuro como possibilidade.

Segundo Caldart (2009), “camponês familiar” é um termo que também pressupõe, como citado anteriormente, não somente aquele que vive no campo, mas um ser histórico, de luta, pois valoriza a identidade dos povos do campo, sua luta no interior dos movimentos sociais e resistência contra a dominação do sistema capitalista. Um sujeito que luta por direitos básicos como saúde e educação e um mundo sustentável, com a valorização da comunidade.

Considera-se que as unidades de exploração familiar onde estão inseridos esses jovens podem ser territórios de novas relações entre homem e sociedade, homem e natureza, fazendo com que o campo possa ser encarado como espaço de contradições, de história e cultura.

GEOGRAFICIDADES DOS PRIMEIROS “JOVENS” FORMADOS PELA CASA FAMILIAR RURAL DE QUILOMBO-S.C.

Em termos de cronologia, existem diferentes fundamentos para delimitar o que é juventude. Segundo o IBGE (2006), os jovens podem ser pessoas de 15 a 29 anos. Mas, por outro lado, é importante destacar que não existe uma juventude, mas uma diversidade de juventudes. No caso específico deste estudo, a faixa etária desses sujeitos extrapola o limite de idade dos critérios expostos acima, e, dentro do contexto de CFR, existem jovens egressos. Os “jovens” egressos têm as idades que variam de 35 a 45 anos de idade. Hoje, dentro daquilo que o IBGE (2006) classifica como “jovem”, esses sujeitos estariam fora de tal categoria, sendo então considerados adultos. É óbvio que a população adulta do campo também tem

direito à educação, em todos os níveis, da alfabetização passando pela educação profissional tecnológica à educação superior.

Falar em juventude do campo é também falar de uma juventude que vinculou suas atividades de trabalho com um processo de precarização e, ao mesmo tempo, de significativa êxodo rural, mas com alguns lutando contra essa ação hegemônica. Pensa-se que os sujeitos que frequentaram a CFR Santo Agostinho também passaram por esse processo. Ao atender os anseios das famílias de agricultores, com o início das atividades letivas em 1993, a primeira turma da CFR Santo Agostinho, quando nasceu, buscou caminhos diferenciados para evitar esses dois processos. Começou com 33 jovens camponeses à época, filhos de camponeses familiares, divididos em duas turmas.

Eram jovens egressos das escolinhas multisseriadas municipais, e alguns deles já haviam parado de estudar devido ao fato de terem que se deslocar à cidade para acessar a escola, tendo a possibilidade de acabarem as séries finais do Ensino Fundamental. Os jovens ficaram sabendo do nascimento e da existência da CFR Santo Agostinho por meio da divulgação realizada pelos órgãos públicos (EPAGRI e Prefeitura), pelo sindicato dos agricultores familiares, pela associação de agricultores e por meio de reuniões nas comunidades.

Segundo Caldart, Kolling e Cerioli (2002), a escola do campo é uma concepção que está vinculada à realidade dos sujeitos, realidade esta que não se limita a um domínio geográfico meramente político administrativo. Mas se refere, principalmente, aos elementos socioculturais que desenham os modos de vida desses sujeitos. Uma escola que proporcione aos seus educandos e educandas condições de optarem, como cidadãos e cidadãs, sobre o lugar onde desejam viver.

Para Frigotto (2012), os jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce, principalmente aqueles que vivem no campo. Isso se constata a partir do momento em que muitos jovens, tanto do campo, quanto da cidade, evadem-se da escola para se inserir de forma precoce no mercado de trabalho. Dados recentes do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) mostram que a taxa de abandono escolar no ensino médio na rede pública passou de 2,3% em 2020 para 5,6% em 2021. Além disso, a evasão escolar atinge mais de 500.000 jovens acima de 16 anos por ano no Brasil. No ensino médio, durante a pandemia da Covid, a taxa de evasão chegou a 5,9%. De acordo com o Censo

Escolar, em 2023, a taxa de evasão subiu para 6%. A inserção destes no mercado formal ou “informal” de trabalho é precária em termos de condições e níveis de remuneração – situação, portanto, muito diversa da dos jovens de “classe média” ou filhos dos donos de meios de produção, que estendem a infância e juventude.

Nos primeiros sete anos de sua vida, a CFR atendeu os jovens filhos de camponeses que terminavam o primário (Séries Iniciais do Ensino Fundamental nas escolas multisseriadas da zona rural); sem perder o vínculo com as escolas no campo, passaram a frequentar essa instituição, procurando encontrar algumas respostas aos seus anseios e dificuldades e aos de suas famílias.

É importante destacar que na PA o jovem é protagonista de sua formação, restando vinculada uma ideia de união em dois espaços primordiais: a escola e família – também a teoria e a prática. Além disso, não pode ser somente uma troca física de espaços de vivência, tem de ser um exercício filosófico de ação-reflexão-ação, como argumenta Gimonet (2007).

A Pedagogia da Alternância é mais do que uma simples modalidade de organização da escolarização que alterna tempo e espaço para favorecer o ajuste do calendário escolar ao calendário agrícola no contexto da Educação do Campo. Desse modo, “busca-se romper com o ensino baseado na transmissão vertical dos conhecimentos, [porque] o conhecimento deve ser construído na interação das pessoas entre si e das pessoas com o meio onde estão inseridas” (Begnami, 2002, p. 32). Respeita-se o princípio da Integração, da Participação, do Respeito à Diversidade e Sustentabilidade.

Alterna os tempos na escola, na unidade de produção e também na comunidade. Busca uma formação para o mundo do trabalho, humanística e integral, no sentido propedêutico e de convivência, envolvendo atividades prática, envolvendo as famílias com o acompanhamento dos monitores, numa possibilidade de empoderamento, desenvolvimento local sustentável e por uma cultura de respeito à diversidade.

Nesse sentido, Wizniewsky (2010, p. 33) analisa:

O campo não é lugar de atraso, é história vivida. A escola do campo deve ser pensada para que seja viva, e interaja com o lugar e seus sujeitos. Para que a escola do campo seja viva, ela deve ser construída por sua comunidade, pensada para ajudar no processo de desenvolvimento social, para manter a cultura, a raiz e a história daquele lugar.

Pesquisar o perfil dos jovens egressos da CFR Santo Agostinho, sua primeira turma, pressupõe analisar a realidade histórica desses sujeitos e suas famílias neste modo de

produção que exclui, espolia e segrega; também, como eles resistiram em não partir para a cidade, constituindo-se econômica, social e culturalmente no campo.

No contexto, compreende-se que o campesinato foi tema de pesquisa de muitos estudiosos da Geografia Agrária, sobretudo no Brasil. Entende-se que boa parte da população, principalmente no que tange ao Oeste catarinense, tem vínculo direto com as grandes agroindústrias, fazendo desses sujeitos “parceiros” ou “integrados”.

De acordo com Werlang (2006), pode-se dizer, de forma sucinta, que o povoamento da região Oeste de Santa Catarina é caracterizado por três grandes fases: a ocupação indígena, até meados do século XIX; a presença dos caboclos; e a fase da colonização com a penetração de grupos ítalo-teuto-eslavo-sul-rio-grandenses atraídos pela extração da madeira e pelo processo de “colonização”⁸.

Nesse contexto de exclusão, espoliação e exploração dos camponeses, também surgiram entidades a lutar pelo direito à dignidade, vida, saúde, educação, tecnologias adequadas para o pequeno camponês, como movimentos sociais do campo.

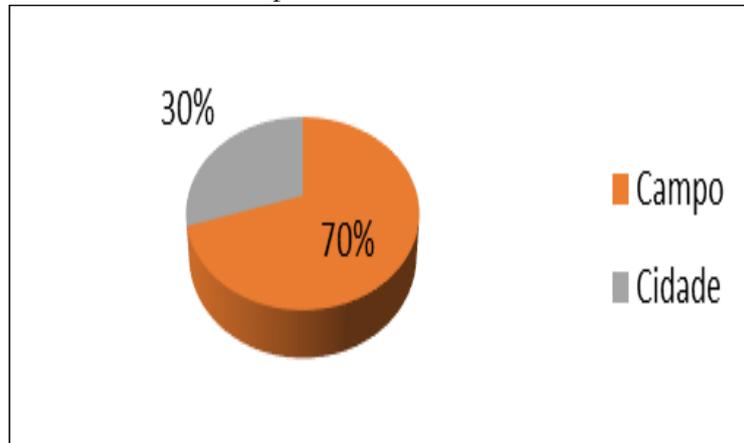
De acordo com os dados levantados com os monitores da CFR, e nos demais procedimentos da pesquisa, como se pode constatar no gráfico 2, cerca de 70% dos jovens

⁸ Entende-se que a ocupação de Santa Catarina se apresenta como uma das mais complexas e contraditórias do Brasil. Em função dos aspectos de disputas, desde Tordesilhas até a própria Guerra do Contestado. Sofreu com invasões, grilagem, disputas desumanas por território, por água, por comida. Segundo Werlang (2006), findada a Guerra do Contestado, houve um processo de ocupação incentivado principalmente pelas empresas colonizadoras, em especial a Bertaso, Maia e Cia. No Sul do Brasil, os colonos europeus construíram sua identidade em oposição aos brasileiros/caboclos. Os colonos acionavam a seu favor o pioneirismo como uma das virtudes étnicas desses camponeses. Renk (2006) argumenta que a representação de colonos como pioneiros seria a face pública da história, conhecida e reconhecida como história oficial e utilitária dos de origem europeia. Outra fronteira foi o trabalho: normalmente os caboclos eram subordinados ao trabalho forçado e exclusivo do corte da erva, sendo o colonizador o articulador e dono do processo produtivo dessa atividade, normalmente o dono do barbacua. Skrzypczak e Schlosser (2014) destacam: eram pequenos camponeses familiares vindos do Rio Grande do Sul que, sem perspectiva de conseguir terras e um contingente populacional elevado, acabaram por migrar para o oeste de Santa Catarina. Assim, pode-se dizer que, no decorrer da década 1970, a competitividade regional foi construída a partir da relação entre as agroindústrias e a produção agrícola familiar diversificada, apoiadas pelo Estado. Esse quadro lançou a região Oeste de Santa Catarina, no discurso de desenvolvimento do capital, ao posto de modelo de desenvolvimento agrário brasileiro. Isto se deu pela distribuição agrária minifundista e relativa distribuição de renda existente entre os produtores, como analisam Alves e Mattei (2006). Em meados dos anos 80 e 90, começaram a aparecer no Oeste do Estado de Santa Catarina as dificuldades na manutenção da produção agrícola, dados os moldes em que foi desenvolvida.

No entanto, formaram-se dois grupos de camponeses: aqueles que se colocaram a serviço da agroindústria e acataram o processo de modernização da agricultura; e aqueles que não se colocaram à disposição desse sistema. Dessa maneira, a expansão da agroindústria acontecia através da ampliação nos seus contratos com as unidades de produção, uma vez que estas não apresentavam maiores diferenciações umas das outras, garantindo assim maior número de “parceiros” e, posteriormente, de “integrados”, além de uma produção mais elevada.

que passaram pela primeira turma permanecem no campo, desenvolvendo diferentes atividades.

Gráfico 1 – Estimativa dos Jovens egressos da CFR Santo Agostinho que permanecem no campo ou estão na cidade



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (entrevistas).

Os jovens entrevistados destacaram que, historicamente, a situação que viviam era de precariedade extrema, muitas vezes não possuíam infraestrutura básica para a sobrevivência, e a formação que recebiam não dava conta de mudar a realidade na qual estavam inseridos. O jovem I destaca: “[...] não tínhamos luz, não tínhamos ônibus, não tínhamos condições de ter um carro, tudo era sofrido difícil, o que nos colocava em plenas condições para sair de casa, sair de casa em busca de um emprego na Aurora” (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Nesse sentido, Caldart (2012) identifica alguns traços que considera fundamental para pensarmos a Educação do/no Campo: ela identifica uma luta pelo direito de todos à educação; seus sujeitos são os sujeitos do campo; ela se faz vinculada às lutas sociais do campo; faz-se no diálogo entre seus diferentes sujeitos; identifica a construção de um projeto educativo.

Ao longo da trajetória histórica, o processo de industrialização e mecanização se vinculou à população campesina por meio das agroindústrias, que necessitavam de matéria-prima para fazer funcionar os abatedouros de aves e suínos na região Oeste catarinense.

Os retornos dos entrevistados indicam que significativa parcela das famílias era integrada às agroindústrias, recebiam acompanhamento dos técnicos e acabavam por

incorporar o “Pacote Tecnológico” do processo de modernização da agricultura em suas atividades laborais.

De acordo com Espíndola (1999) esse processo de modernização da agricultura iniciado em meados dos anos 60 do século passado causou transformações no modelo produtivo, tanto nos modelos Sistema de Integração⁹ ou Parcerias¹⁰. Compreende-se que esse processo, potencializou a migração de boa parte da população para as cidades, pois nem todos os camponeses, se vincularam a esse processo de modernização.

No caso específico dos jovens e famílias dos integrados e/ou parceiros, não poderiam mais criar aves e suínos para o consumo, somente aqueles destinados para o confinamento e abate agroindustrial, ou seja, sem vincular a produção desses animais para a subsistência, sem produção crioula.

Salienta-se que, ao passo que o capitalismo em suas relações mais perversas desestabiliza, em alguns casos, a lógica de produção, não o faz como um todo quanto à base da produção campesina. No caso dos jovens e suas famílias pesquisadas, 40% integraram-se à agroindústria, mesmo assim, registram-se resistências paralelas: outro grupo procurou alternativas de reproduzir-se socialmente, não se aliando ao capital agroindustrial do agronegócio.

Thomaz Júnior (2006), assevera que as contradições inerentes do capitalismo atual o torna metabólico, a partir da exploração “não capitalista” para ampliar a reprodução do capital. Três elementos são fundamentais para analisar essa dinâmica. O primeiro, trata-se do camponês familiar como ator-sujeito social que não vende força de trabalho para o capital daí então a simetria de ser entendido como não trabalhador, mas sim como profissional.

O segundo pelo fato de ser proprietário dos meios de produção e portanto, possui autonomia em relação ao trabalhador assalariado. Enfim, o terceiro em que o camponês no universo do trabalho e da classe trabalhadora, o que nos mantém envolvidos para participar da resistência camponesa.

Segundo Oliveira (1991), o sistema capitalista não se vincula exclusivamente à produção, mas está alinhado à circulação, à troca de mercadorias por dinheiro e vice-versa. Desta maneira, o processo de reprodução tônico do capital, ao mesmo tempo em que se

⁹ Modelo de produção em que o avicultor, recebe as aves, se “adequa” ao modelo de produção da agroindústria que fornece pintinhos, a ração e os medicamentos e, no final, adquire a produção, pagando ao camponês o lote do aviário.

¹⁰ Semelhante ao modelo de Integração, com a produção de suínos, na qual o suinocultor se condiciona às normas e regras da Agroindústria para a engorda dos suínos.

reforça, é vinculado às relações não capitalistas. Assim, mesmo as famílias que são integradas ou parceiras, pelos seus depoimentos, ainda constituem ajuda nas atividades quando ocorre uma doença entre os vizinhos, participam de associações de agricultores (apicultores, por exemplo), participam de atividades vinculadas às comunidades, tanto religiosas quanto e lazer, troca de dias de trabalho, como também troca de mercadorias (“briques”), sem necessariamente utilizar dinheiro.

Mesmo assim, no caso brasileiro, tem-se uma visão de dualidade do campo: aquele considerado rico e aquele considerado pobre. Salienta Abramovay (1992), que o Brasil é marcado por uma bimodalidade tecnológica. Além disso, Wanderley (2015), destaca que a agricultura no Brasil, com grandes latifúndios com monoculturas e agroexportadoras causa uma “amnésia social” que ignora a importância do campesinato.

De um lado, há as explorações modernas que batem *Record* nas safras e na tecnificação acelerada dos setores integrados ao complexo agroindustrial, por meio do agronegócio. De outro, destacam-se a pobreza da população rural, o atraso econômico, social e político nas regiões onde predomina o latifúndio.

Assim, para Grisa e Schneider (2014), precisariam ser resolvidas questões fundamentais como a falta de políticas públicas estruturantes que possibilitem ao agricultor familiar produzir e colocar seus produtos no mercado, como infra estrutura, como estradas e meios de comunicação, que ainda são ausentes ou precários em muitos contextos que revelam potencial para o desenvolvimento das atividades não agrícolas

A própria constituição da CFR Santo Agostinho foi promovida pela articulação e mobilização dos camponeses organizados em associações, sindicatos, movimentos sociais, enfim, grupos subalternos para superar o isolamento. Porém, alguns jovens trabalham diretamente com as atividades ligadas às agroindústrias, como parcerias de suínos e integrados com aviários.

Entende-se que, com o passar do tempo, as agroindústrias, os parceiros e/ou integrados desenvolvem a forma mais adequada de exploração que existe no capitalismo, que consiste no processo de exploração mais eficiente, pois os parceiros/integrados ficam sem absolutamente nenhum direito trabalhista (Skrzypczak, 2013).

Compreende-se que, no Oeste catarinense, a pequena unidade de exploração, inclusive de parte daqueles que são os sujeitos desta pesquisa, pode ter sido transformada em

um simples ramo do processo produtivo da agroindústria, tornando-se fomentadora de matéria-prima, sob o comando do capital.

Como foi ressaltado anteriormente, os jovens partem para a cidade para trabalhar na agroindústria, isso porque essa se articula com a produção na cidade, muitas vezes absorvendo a mão de obra dos filhos do campo, além de transformar a renda da terra dos camponeses em um exponencial lucro para o capital agroindustrial, pela exploração e espoliação.

Muitas vezes, a insuficiência da rentabilidade do campo para manter, por exemplo, o padrão de consumo, e até mesmo garantir a sobrevivência, pode fazer com que jovens migrem para a cidade, para se tornarem assalariados, o que fortalece o processo de esvaziamento e envelhecimento do campo, além do próprio processo de masculinização.

Entende-se que os espaços do campo são, em virtude da exigência da produção industrial, forçados a potencializar, ou “maximizar”, sua produção, especializando-a, favorecendo o capital em prol do processo de globalização, do agronegócio, para atender as demandas existentes do capital. Nesta lógica, o capital busca alargar a produção, não respeitando os anseios daqueles que os cercam. Conseqüentemente, o campo se adapta àquilo que o urbano determina, sobretudo o setor secundário da economia.

Segundo Ben e Schlosser (2012), as inovações tecnológicas deram novos direcionamentos às atividades produtivas, que passaram a incorporar novas técnicas e novos equipamentos. A agroindustrialização se expandiu rapidamente e passou a exigir a reestruturação da produção e do trabalho no campo. Nota-se que uma parcela significativa das unidades de exploração dos entrevistados adota o processo de tecnificação da agricultura, ou modernização da agricultura, a serviço daquilo que se domina agronegócio, em âmbito mundial, respeitando as cadeias produtivas desse mercado desagregador e predatório.

Obedecem, portanto, tanto o sistema fordista¹¹ quanto o toyotista¹², com a obtenção de matéria-prima num tempo menor, com espaço reduzido, com qualidade e produtividade,

¹¹ O fordismo caracterizou-se pela exploração intensa do trabalhador. Visto como simples apêndice da máquina, o operário fordista sofria com o trabalho repetitivo, massificado, mal pago, intenso e embrutecedor, existente como peça fundamental para o aumento do lucro capitalista. Quanto maior a exploração e menor a remuneração, maior seria o lucro porque maior é a mais-valia, que é o ganho do capital sobre o trabalho, do trabalho sobre o não trabalho.

¹² O toyotismo elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade, da flexibilização e da qualificação do trabalhador. Oculta, porém, a exploração, a intensificação e a precarização do trabalho, inerentes à busca desenfreada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital, que, por não ter limites, configura-se como ontologicamente incontrolável (Mészáros, 1995).

além da flexibilidade às mudanças e às crises sistemáticas do capital. Os sujeitos desta entrevista possuem atividades vinculadas à lavoura, pocilgas e também aviários, para a produção confinada.

Esses pequenos camponeses familiares integrados tornam-se dependentes das inovações do processo produtivo realizado pelas agroindústrias; portanto, ficam obrigados “[...] a cumprir as orientações técnicas, adquirindo as rações, pintos, medicamentos e vacinas das empresas processadoras” (Espíndola, 1999, p. 104), sendo que essas mudanças vão além do interior da empresa, dominando o saber adquirido pelo produtor.

Um grupo significativo dos entrevistados tem vínculo como associado de agroindústrias, como camponeses familiares que vivem com sua família constituída juntamente com os pais, que normalmente são aposentados e também os auxiliam no processo produtivo das diferentes atividades, ajudando a cuidar dos aviários, das pocilgas, da lavoura; ou dos netos quando não têm possibilidade de trabalhar externamente, realizando tarefas domésticas ou em torno da residência, produzindo os alimentos para a subsistência.

Desta maneira, as bases materializadas como explorações modernas são destacadas na região Oeste de Santa Catarina com as agroindústrias. Os jovens entrevistados destacam que a CFR, como política pública e de movimento, foi fundamental para o seu desenvolvimento humano e como trabalhadores do campo, garantindo os laços com o campo, tanto de permanência quanto de retorno.

Dois dos entrevistados tiveram a experiência de ter ido para a cidade e trabalhado em uma agroindústria. O jovem I ressalta:

[...] jamais gostaria de ter ido para a cidade, mas tudo é uma experiência. Estávamos endividados em casa, pois o pai estava muito doente, tanto é que depois acabou falecendo. Assim tive que trabalhar fora, para ajudar a pagar as dívidas deixadas por ele e também de financiamentos. Tivemos que vender uma parte da terra. Hoje voltei por que aqui é o meu lugar (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Percebe-se que, além do processo de modernização que estampa o processo de êxodo rural, as motivações para a saída do homem do campo podem estar relacionadas, como no exemplo do jovem I, com a falta de condições econômicas em que muitas famílias desse espaço se encontram; há, também, a questão da falta de regularidade climática para a própria subsistência em alguns casos, a falta de estrutura de saúde e de educação. Não menos

relevante, verifica-se o próprio fator de atração da cidade. No entanto, no caso do jovem I, ele retorna à sua unidade de exploração.

Em relação ao espaço em que vivem, 70% dos jovens permanecem no campo. Da amostragem, 30% vivem na cidade, mas ainda possui uma área de terra no campo em que desenvolvem atividades no fim de semana. O jovem J comenta:

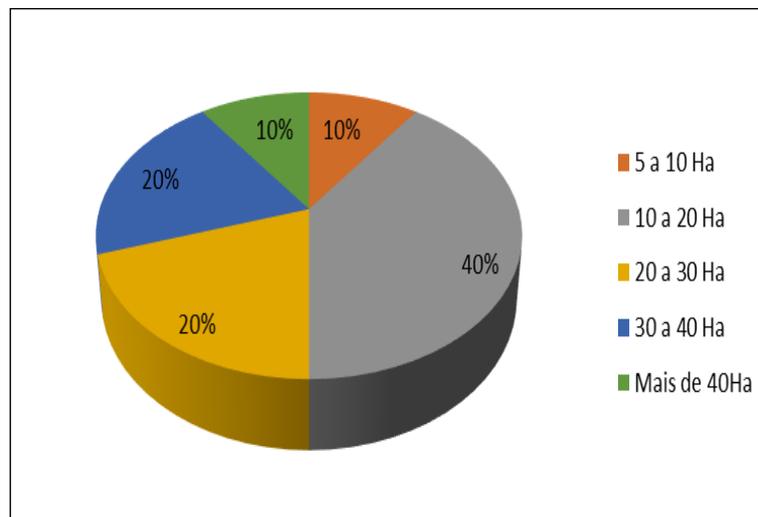
Embora eu more e trabalhe na cidade, eu tenho uma área de terra, onde praticamente todos os dias vou para lá, e nos fins de semana trabalhe, mais como uma atividade de lazer. Moro em um município pequeno de base agrícola. Posso também dizer que estou no campo (V. S., entrevista, 19 out. 2016).

Nesse sentido, Veiga (2013) destaca como rurais os municípios com até 50000 habitantes e menos de 80 hab/km², considerando centros urbanos aqueles com mais de 100 mil habitantes. Na primeira categoria estão 80% dos municípios brasileiros, em que residem cerca de 30% da população brasileira. No caso específico da Região Oeste de Santa Catarina, a base econômica vem do setor primário, com destaque para a agricultura e a pecuária. Cerca de 90% das unidades de produção possuem área inferior a 50 hectares (IBGE, 2006). O ciclo agroindustrial também contribui decisivamente para mobilizar a economia nas cidades de pequeno e médio porte da região Oeste catarinense. Quilombo, não foge à essa regra, tendo aproximadamente 11.022 habitantes, com cerca de 3.045 pessoas empregadas no campo em mais de 1162 unidades de produção, em 25.286 Ha. Além disso possui uma densidade demográfica de 39,51hab/Km² (IBGE, 2022). A grande agroindústria, gera cerca de 1960 empregos diretos (Agrimídia, 2012). Portanto, o Brasil é rural e suas sedes municipais são apenas cidades imaginárias, não podendo as políticas públicas dirigidas a esse público manter a dicotomia rural versus urbano.

Em relação à área de terra, de acordo com o gráfico a seguir, 10% dos entrevistados não ampliaram suas unidades de exploração, sendo que 70% dos entrevistados aí continuam vivendo, junto com seus pais. Pode-se destacar que 30%, para efetivar a ampliação de sua área de terra, acessaram políticas públicas, como Crédito Fundiário e Banco da Terra.

Além disso, 10% dos jovens da amostra não são casados e não possuem filhos. Destaca-se que 90% dos jovens egressos possuem filhos, e os colocariam na CFR Santo Agostinho desde que houvesse vontade destes em frequentar a instituição.

Gráfico 2 – Média de área de Terra dos Entrevistados em hectare



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (entrevistas).

Quando aos dados apresentados pelo gráfico 3, percebe-se que os entrevistados possuem área de terra menor do que 4 (quatro) módulos rurais, o que corresponde a menos de 80 (oitenta) Ha, sendo classificados, segundo o IBGE (2006), como agricultores familiares. Desta forma, o processo de precariedade do campo brasileiro se apregoa a partir da área de terra, uma vez que, quanto menor a quantidade de terra, menor tende a ser o processo de valorização dos camponeses na busca de políticas para melhorar sua situação socioeconômica. Mas, nesse terreno de resistência, o jovem G, destaca:

[...] mesmo possuindo uma pequena área de terra, consigo sobreviver, produzindo alimentos de forma sustentável, sem agrotóxico, em uma lógica de respeito ao meio ambiente, possibilitando, no meu caso particular, desenvolver a pluriatividade, quer dizer sou servidor público, mas não deixo de trabalhar no campo e, muito menos de estudar (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

Desta maneira, vão-se estruturando nesses egressos formas de resistência diferenciadas, tais como a citada no relato do jovem. A situação de precariedade resultou em um contra-ataque de resistência: camponeses centrados no trabalho familiar fazem frente ao agronegócio, mesmo que, em alguns casos, vinculados à agroindústria. A maior parte dos entrevistados comentava que grande porção das áreas de terra era dobrada, o trabalho era basicamente braçal e não havia políticas públicas para os camponeses na época.

As tentativas de unificação desses grupos são constantemente desarticuladas pela ação dos grupos dominantes, que também controlam o Estado, seja por meio de

instrumentos de repressão ou coerção, seja pela desqualificação moral e cultural. Por um lado, há um processo de sedução e persuasão, potencializado pela ação da mídia potencializando a comercialização das tecnologias modernas aplicadas no campo; por outro, segundo Wizniewsky, Reinige e Cassol (2016), observam-se técnicas, como a classificação de sementes crioulas, que impedem os camponeses de se vincularem exclusivamente às agroindústrias ligadas ao agronegócio.

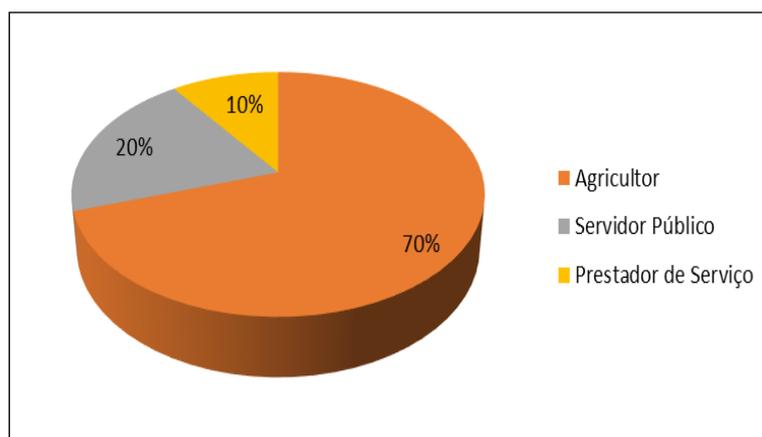
Assim, estabelecem relação intensa com o lugar; é por meio do processo de trabalho com a natureza que desenvolvem e fazem a reprodução social de sua vida, de suas identidades, passando esses saberes de geração para geração. A mãe C expõe:

Depois que o Nenê entrô na CFR, eu também comecei a fazer cursos na Igreja e na CFR, sobre ervas medicinais, sementes crioulas e também ele começou a gostar, tanto que é teve curso e trabalhos na CFR, para aprender a usar as plantas de casa. Hoje, ele e nós trabalhamos respeitando o meio ambiente, com a agroecologia e já ensinamos o nosso netinho isso. Sem a CFR acho que não conseguiríamos viver bem aqui (A. W., entrevista, 18 out. 2016).

Percebe-se que a CFR fomentou a prática de relações não capitalistas e a valorização dos saberes passados de geração a geração.

No gráfico 4, são apresentadas as ocupações dos entrevistados, ou seja, o que eles vêm desenvolvendo em termos de atividades profissionais.

Gráfico 3 – Ocupações Profissionais dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (entrevistas).

No entanto, alguns se sobressaem como lideranças ativas, fazendo parte do conselho de administração no interior das agroindústrias. O trabalho é realizado e estruturado em prol

do capital, uma vez que a estrutura articulada faz com que os camponeses sejam ludibriados pelos técnicos assalariados.

INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO E OS DESAFIOS NO ÂMBITO DA SUCESSÃO FAMILIAR.

Normalmente, uma parcela significativa dos entrevistados, como foi mencionada, tem atividades ligadas à agroindústria, com pocilgas, aviários e também lavouras, silvicultura, merecendo destaque especial a produção de leite. Uma unidade de exploração não apresenta produção de subsistência, pois a área é de reflorestamento e o jovem trabalha como servidor público, frequentando sua propriedade nos fins de semana, para averiguar o crescimento das árvores, na atividade de reflorestamento. Um dos entrevistados, o jovem G, destacou a importância da pluriatividade:

[...] vivo no campo, trabalho meio turno como servidor público e consigo ser muito feliz nas atividades que realizo este espaço que vivo é de tranquilidade, de vida, de trabalho. Além disso, pelo fato de possuir uma unidade de exploração não distante da cidade, tive possibilidades de trabalhar lá e também de estudar. Vejo que consigo produzir para minha subsistência e sobreviver bem, tendo uma boa qualidade de vida para mim e minha família, produzindo de forma agroecológica (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

É compreensível que o campo vá apresentando algumas características distintas, uma delas é justamente a pluriatividade, que consiste na existência de espaços ¹³periurbanos, ou seja, um espaço onde as atividades do campo e da cidade acabam se mesclando, fazendo com que a população campesina permaneça no seu espaço de vivência, exercendo paralelamente, no espaço da cidade, uma atividade que lhe proporcione geração de renda.

No caso citado, o jovem acaba se proletarizando na cidade em virtude da condição de sua escolaridade (mestre em agroecologia), mas, ao mesmo tempo, continua garantindo sua permanência no seu espaço de vivência, por meio de atividades não agrícolas, garantindo e agregando renda à sua família, atuando também como coordenador de uma entidade (associação) de reciclagem de materiais.

¹³ Áreas de transição entre rural e urbano. As áreas periurbanas garantem, em geral, uma articulação urbano rural de proximidade. Pode ser denominado de “franja rural-urbana, franja urbana ou rururbana, sombra urbana, subúrbio, ex-urbano, região urbana e semi-urbano” (Vale; Gerardi, 2006, p. 236). Com características e modos de vida próprios

A tendência de envelhecimento no campo também se constata nesta pesquisa, uma vez que fração importante das famílias dos sujeitos, como foi mencionado há pouco, possui no mínimo uma pessoa aposentada. Uma parcela significativa da amostragem possui dois aposentados em cada unidade de exploração, o que acaba melhorando a renda da família. No caso particular dos jovens egressos, entende-se, pela média de renda e pela qualidade de vida que possuem, que não são ricos, mas conseguem manter uma boa qualidade de vida, como será explicitado no trabalho. Em média, cada unidade de exploração tem renda estimada superior a 7 (sete) salários, juntamente com as aposentadorias.

De acordo com Souza (2002), uma das formas de os camponeses ampliarem sua renda é se fortalecerem inserindo-se em cooperativas, o que possibilita a comercialização de seus produtos superando o isolamento. A ampliação do processo de escolarização também é importante para o aumento da renda; segundo Gentili (2009), à medida que a população na América Latina se escolariza mais, também aumenta a sua renda.

De acordo com Aquino e Souza (2003), não se deve esquecer que, pela dimensão que assumiu no contexto nacional, o salário que os aposentados recebem no campo se transforma não somente na realidade deste trabalho, como também em programa social de distribuição de renda para homens e mulheres do campo, além de ser o principal fator de dinamização da economia de centenas de municípios de Norte a Sul do País, inclusive no município de Quilombo.

O envelhecimento é uma fase da vida tão importante quanto qualquer outra. Desta maneira, deve ser entendido também como reconhecimento de experiências para si mesmo e para os outros sujeitos. O jovem I esclarece:

[...] sem os nossos pais conosco, dialogando mostrando o que deu certo e o que deu errado, talvez não teríamos condições de dar sequência a este trabalho iniciado por eles aqui. Nossa missão é continuar aqui, fazendo aquilo que começaram, não é somente a herança de terra, mas também de vida, trabalho, labuta, de esperança daquilo que começaram (S. L. B., entrevista, 15 out. 2016).

Bassit (2002, p. 184) alerta: “Envelhecimento deve ser compreendido como um período integrado a toda a existência vivida, na qual a velhice recebe diferentes significados em relação à vida inteira das pessoas”. Assim os idosos continuam a escrever sua história, sua cultura: pelo respeito que os mais jovens têm por eles como elementos fundantes para humanização, tanto de resgate da memória quanto de identidade, de valores produzidos pelos povos, na contramão do capital, que muitas vezes não os respeita.

A Educação do/no Campo é importante para perceber que parte dos diferentes contextos dos sujeitos do campo, respeitando-se sua cultura e seus valores, sua maneira de ver e se relacionar com o tempo, a terra, o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho, seus modos de ser homem, mulher, criança, adolescente, jovem, adulto ou idoso, o que, na sociedade capitalista, normalmente não é respeitado (Arroyo, 2004).

A identidade e a memória da escola do campo são definidas pela sua vinculação às questões inerentes a sua realidade, ancorando-se na temporalidade e em saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos (Brasil, 2002). No caso dos pais jovens egressos, participam do grupo dos idosos, auxiliam na educação dos netos e, em épocas de pico de atividades, também ajudam os filhos. Além disso, ajudam financeiramente seus filhos e netos.

Outro dado evidenciado é o de que, na época de estudantes, havia num grupo de 33 jovens uma moça, o que pressupõe “o celibato no campo”, ou seja, o processo de masculinização, como destaca Abramovay *et al.* (1998, p.1):

[...] existe um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos rapazes, mesmo no caso daqueles que vivem em unidades com rendimento econômico precário. Já, por parte das moças, ele aponta que há uma visão negativa no que diz respeito às alternativas profissionais. Dentre alguns aspectos levantados, a pesquisa destaca o baixo nível de formação educacional. Com base na pesquisa, é ali que reside uma das explicações para o desinteresse das mulheres em continuar no campo, pois, muitas vezes, são forçadas a migrar para a cidade em busca de estudo e oportunidades. Aproximadamente 70 mil jovens, com idade entre 15 e 29 anos, deixaram o campo na última década.

Desse modo, dois processos tônicos começam a ser revelados no campo: o primeiro, ligado ao severo processo de masculinização; o segundo, ao envelhecimento das populações do campo.

Embora encontrem dificuldades para montar projetos profissionais na agricultura, os jovens ainda demonstram interesse em permanecer no campo. No entanto, aqueles que permanecem no campo, e que provavelmente serão os sucessores, possuem baixo nível de escolaridade, o que dificulta o desempenho e a gestão da atividade agrícola no Brasil, segundo Oliveira, Mendes e Vasconcelos (2021).

O baixo nível de escolaridade dos jovens do campo no Brasil dificulta, principalmente, a organização e o desenvolvimento das novas atividades que se colocam para

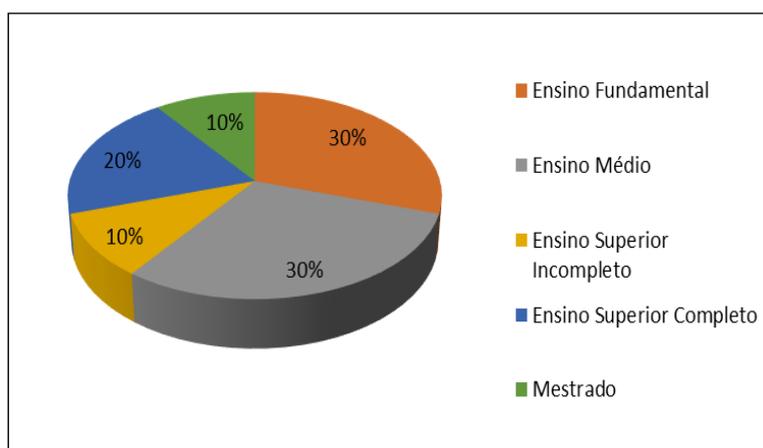
o campo, como é o caso da produção agroecológica, da agroindustrialização artesanal, do turismo rural, dentre outras. O jovem G refere:

Só continuei meus estudos pois a CFR Santo Agostinho deu incentivo, me deu o suporte devido para mim dar continuidade aos meus estudos, me ensinou de forma diferente. Eu tinha muitos problemas na escola que eu estudava, tanto é que reprovei, mas voltei e não quis mais parar, pois tudo na CFR era bom. A CFR foi e continua sendo muito importante para mim (L. W., entrevista, 18 out. 2016).

O nível de escolaridade atual desses jovens do campo muitas vezes compromete o próprio exercício da cidadania, à medida que não conseguem, sequer, ter acesso aos direitos legalmente constituídos; ficam de fora da luta por direitos públicos como saúde para prevenir, educação para não alienar, terra e moradia para viver, infraestrutura, com luz água e acesso. Em 2022, de acordo com o IBGE, a taxa de analfabetismo entre jovens de 15 a 29 anos no campo era de cerca de 8%, enquanto nas cidades era de aproximadamente 2%, que 40% dos jovens entre 15 e 17 anos, que esses jovens não concluem o ensino médio.

O gráfico a seguir mostra o grau de escolarização e a importância que a formação na CFR Santo Agostinho promoveu na vida desses jovens, até mesmo no que se refere ao acesso a políticas públicas, o que poderia ser um limitante para outros sujeitos sem a formação na CFR. No que tange à escolarização, percebe-se que boa parte dos jovens deu continuidade aos seus estudos, mesmo tendo concluído o Ensino Fundamental na CFR Santo Agostinho.

Gráfico 4 – Escolaridade dos Entrevistados



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (entrevistas).

Uma parcela interessante dos jovens que foram entrevistados deu sequência aos estudos: 30% completaram o Ensino Médio, e 40% finalizaram o Ensino Superior ou o estão

cursando – média superior à nacional. Destaca-se, também, que um jovem entrevistado concluiu mestrado, em Agroecologia.

É importante destacar que cerca de 80% dos jovens egressos deste trabalho vivem em Quilombo, segundo informação do monitor A; os demais, em cidades próximas, mas no campo, como se observa no gráfico 7. Segundo o jovem C: “[...] um companheiro que estudava comigo atualmente mora no Rio Grande do Sul, no campo, e seguidamente nos encontramos para conversar, trocar experiências e, sobretudo, recordar os velhos tempos, inclusive é meu compadre” (G. R., entrevista, 20 out. 2016).

A formação recebida na CFR proporcionou aos jovens a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos, diferentemente daquilo que vemos no Brasil: segundo dados do Inep (2023), somente 19,2% da população adulta brasileira possuem curso superior. No entanto, cerca de 30% dos jovens dessa amostra de pesquisa possui curso superior, sendo que mais 10% estão em processo de escolarização; outros 30% deram sequência aos seus estudos.

O Brasil, em termos de educação pública gratuita e de qualidade, foi alvo de inúmeras lutas, como a por uma Educação do/no Campo que respeite suas peculiaridades. Entre as suas contradições, está o fato de formar cidadãos e prepará-los para o mundo do trabalho. Infelizmente, no Brasil, historicamente o fomento da educação se deu em tempos e espaços organizados para a lógica das relações capitalistas, deixando as populações camponesas à margem do direito do conhecimento e da escolarização.

A Educação do/no Campo sinaliza a construção de um projeto de educação para os trabalhadores do campo, que analise suas contradições no espaço de trabalho, como também nas organizações sociais. Segundo Molina e Sá (2011), esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do/no Campo.

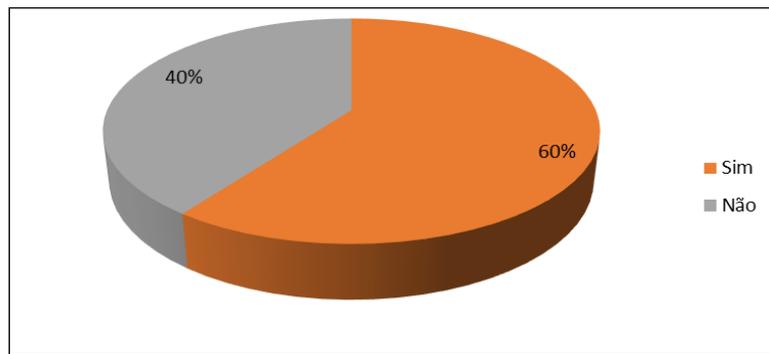
Se percebe, desta maneira que a maior parte dos jovens, mesmo aqueles que vivem na cidade, não se distanciaram do local onde forma protagonistas das suas histórias da sua luta, da sua memória. Mesmo vivendo na cidade, tem relações íntimas com o campo. Aqueles que moram em municípios vizinhos, tem essa ligação.

Cerca de 80% dos jovens egressos concentram-se no município sede da CFR Santo Agostinho, Quilombo. Essa proporção foi estimada a partir da localização informada pelos monitores e demais jovens que frequentaram a instituição. Mesmo fora desse contexto, é importante destacar as falas dos monitores: elas evidenciam que cerca de 70% dos jovens

estão no campo. Além disso, aproximadamente 10% dos jovens da primeira turma não residem na região Oeste catarinense, estão em locais mais longínquos; alguns ocupados com atividades na agricultura, e outros, na cidade.

Destaca-se que significativo percentual dos jovens entrevistados participa em associações, na comunidade, em cooperativas, sindicatos e, como se observa no gráfico 8, 60% são filiados a partidos políticos.

Gráfico 5 –Número de jovens filiados a partidos políticos.



Fonte: Elaborado pelo autor, com dados da pesquisa (entrevistas).

Avalia-se que a Educação do/no Campo faz com que os sujeitos de forma geral, até pelo processo de usurpação de direitos pelo Estado, lutem de forma contínua por dignidade no trabalho, na saúde, na educação, na moradia, na infraestrutura, enfim, nas diferentes áreas.

No caso específico deste estudo, os sujeitos em questão têm envolvimento direto nas questões comunitárias, todos os entrevistados se envolvem de uma forma ou de outra nas diferentes esferas de participação social. São lideranças envolvidas na igreja, no sindicato, em pequenas associações e cooperativas, nas agroindústrias. O gráfico anterior esboça essa realidade em termos de filiações partidárias; evidentemente que, sendo lideranças nas comunidades locais, têm despertado o interesse pela política.

Os jovens egressos da CFR Santo Agostinho demonstram tônica vontade de permanecer no campo, por vezes vinculados com a agroindústria, amarrados ao processo de modernização da agricultura; veem como espaços de resistência os movimentos, as associações e os sindicatos.

Também, muitas vezes não acatam na íntegra as orientações das agroindústrias e até mesmo desrespeitam suas regras, por vezes produzindo seu frango em outro espaço que não

o aviário, deixando de seguir algumas orientações dadas pelos técnicos, evitando o processo de padronização e reformas constantes da infraestrutura.

Entende-se que esse processo de modernização vai absorvendo, liquidando cultura, economia, sociedade, família; mas as adaptações e a criatividade que existem no campo, por meio dos conhecimentos locais solidários, como a utilização de ervas medicinais, sementes crioulas, agroecologia, festas típicas locais, encontros com as famílias, serões, tecnologia adaptada para a produção para a pequena unidade de exploração, ou seja, mecanismos adequados à realidade, tecnologias não vinculadas ao pacote tecnológico: é isso que esses jovens pretendem, e, acima de tudo, fazer com que as próximas gerações também permaneçam, lutando.

O jovem A destaca: “[...] se meu filho tiver interesse em estudar na CFR, terá meu apoio, por que lá eu aprendi a ser gente, a conviver, a partilhar e a lutar” (A. S., entrevista, 17 out. 2016). O Jovem I, por sua vez, que trabalhou na cidade, destacou:

[...] em um determinado período eu tive que trabalhar no frigorífico, praticamente durante 11 anos, morava aqui mesmo ia de bicicleta, 4,5 Km, trabalhava das 18 horas da tarde até a 1 da manhã, mas isso não era vida, e hoje estou novamente aqui, para trabalhar e viver (S. L. B., entrevista 15 out. 2016).

Nesta fala, observa-se como o capital do agronegócio tenta abocanhar os jovens do campo pelo processo de alienação, uma vez que desde pequenos já foram sendo educados para a cultura da obediência e para as responsabilidades do trabalho, possuindo saberes práticos da roça, do trabalho pesado no interior da agroindústria, essenciais para a reprodução e a acumulação do capital. Evidente que o jovem trabalhou por necessidade, por motivos de saúde e dívidas na família, mas sua vontade sempre foi permanecer no campo.

Entende-se, pois, uma realidade adversa que existe no campo, espaço de contradições econômicas, política, social e cultural. Mas seus jovens seguem na busca do processo de harmonia com o meio ambiente, permanecendo no campo, conseguindo renda.

Compreende-se que a Educação do/no Campo nasceu precisando tomar posição no confronto de projetos de campo: contra a lógica do campo como lugar de negócio, que expulsa as famílias, que não precisa de educação nem de escolas porque necessita cada vez menos de gente; a afirmação da lógica da produção para a sustentação da vida nas suas diferentes dimensões, necessidades, formas (Caldart; Kolling; Cerioli, 2002).

Fica claro, pelo perfil desses jovens, que estão preocupados com a sucessão no campo, mas que seus filhos têm autonomia para decidir por suas ações: permanecer ou sair do campo. Destacam os sujeitos desta pesquisa que, antes de entrar na CFR, tinham pensado em sair do campo, mas hoje 80% desses jovens entrevistados não o faria.

É importante mencionar que os jovens entrevistados ressaltaram a relevância de participar em associações e cooperativas para buscar o fortalecimento coletivo dos camponeses, além dos sindicatos, para reivindicar direitos principalmente no que tange aos poderes públicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A região Oeste de Santa Catarina, historicamente, foi concentrando o processo de agroindustrialização, fazendo com que a dinâmica do agronegócio, sobretudo no que tange ao pacote tecnológico proposto ou “imposto” pelo processo de modernização da agricultura, alterasse de forma exponencial as relações entre trabalho e capital. Destaca-se que na região Oeste de Santa Catarina, nasceram os maiores frigoríficos de abate de aves e suínos do mundo, destacando-se a Aurora Alimentos, JBS, BRF. No ano de 2023, de acordo com a FIESC (2024), superou um abate de cerca de 16,9 milhões de cabeças de suínos (tornando o Brasil o maior exportador de carne suína do mundo e Santa Catarina responsável por 55% da produção nacional) e 841,5 milhões de cabeças de frango. Isso, consequentemente, causou a especialização do espaço agrário, sobretudo com o sistema de integração. Muitas famílias foram expulsas para a cidade, mudando a estrutura de vida e, muitas vezes, submetendo-se à condição de proletárias nos espaços urbanos, na construção civil, como exemplo e principalmente, nas agroindústrias da região.

No contexto, percebe-se a amplitude da CFR Santo Agostinho, a partir das experiências evidenciadas na pesquisa, como a diversificação de atividades nas unidades de produção, na condição de liderança na comunidade, enfim garantido a subsistência familiar e a qualidade de vida. Essa análise do perfil dos jovens egressos demonstra que, mesmo aqueles que vivem na cidade, possuem qualidade de vida, com renda que é compatível à sobrevivência e continuamente se articulam para continuar lutando, resistindo reivindicando seus direitos, atuando como lideranças políticas, em sindicatos e organizações comunitárias.

Pelo perfil dos jovens egressos da CFR Santo Agostinho, uma parcela significativa dos jovens continua vivendo com os pais, e com renda que proporciona condições de vida adequáveis à sobrevivência. De acordo com o estudo uma parcela significativa dos jovens adota em suas unidades de produção familiar tecnologias modernas vinculadas à agricultura. Por outro lado, essa parcela de jovens realiza a produção de subsistência, abdicando do capital, ou seja, produz para a sua sobrevivência, numa lógica de resistência contra o sistema capitalista, em relações não capitalistas (mão de obra familiar, produção de subsistência, entre outros formatos).

Outro elemento importante apresentado pela amostragem da pesquisa identifica que uma fração significativa dos jovens revelou que a CFR despertou seu interesse para dar continuidade aos estudos: alguns concluíram o Ensino Médio; outros, o curso superior, a especialização ou, até mesmo, mestrado. Ainda, destaca-se o papel desses jovens na participação política dos municípios e nas comunidades que estão inseridos na condição de sujeitos integrantes do processo político-ideológico.

Contudo, a Educação do/no Campo, sobretudo na CFR Santo Agostinho, é pautada na construção de um projeto social, de modo que os sujeitos envolvidos possam produzir condições materiais de existência com dignidade, com respeito aos seus anseios, potencializando os saberes que vão sendo repassados de geração a geração; também, na terra não como sinônimo de bens materiais, ou de capital, mas como sinônimo de vida de produção social.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec; Edunicamp; ANPOCS, 1992.

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D.; TESTA, V.M. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998. Disponível em: <https://www.precog.com.br/bc-texto/obras/ue000152.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

AGRIMÍDIA. **40% da produção da Aurora Quilombo é destinada para exportação**. Itu, 09 jan. 2012. Disponível em: <https://www.agrimidia.com.br/negocios/agroindustrias/40-da-producao-da-aurora-quilombo-e-destinada-para-exportacao/>. Acesso em: 14 ago. 2024

ALVES, P. A.; MATTEI, L. F. **Migrações no Oeste catarinense: história e elementos explicativos**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15., 2006, Caxambú, MG. Anais [...] Caxambú: ABEP, 2006.

AQUINO, J. R.; SOUZA, R. C. **Impactos socioeconômicos da previdência rural no Brasil: um estudo de caso no município de Encanto/RN.** Natal, RN: Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, 2003.

ARROYO, M. G. **Formação de educadores e educadoras do campo.** Brasília: MEC, 2004.

BASSIT, A. Z. Histórias de mulheres: reflexões sobre a maturidade e a velhice. *In*: MINAYO, M. C. S.; COIMBRA JR., C. E. A. (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 175-189.

BEGNAMI, J. B. **Pedagogia da alternância e desenvolvimento sustentável: formação em alternância e desenvolvimento sustentável.** Brasília: Unefab, 2002.

BEN, M.; SCHLOSSER, M. T. S. A territorialização do cooperativismo empresarial no Oeste paranaense. **Revista Pegada**, v. 13, n. 2, p. 156-175, 2012. DOI: <https://doi.org/10.33026/peg.v13i2.1082>

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 abr. 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. *In*: SANTOS, C. A. (Org.). **Por uma educação do campo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 35-64.

CALDART, R. S. **Pedagogia do movimento sem-terra.** 4. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CALDART, R. S.; KOLLING, J. E.; CERIOLI, P. R. **Educação do campo: identidade e políticas públicas.** Brasília, 2002.

ESPÍNDOLA, C. J. **As agroindústrias no Brasil: o caso Sadia.** Chapecó: Grifos, 1999.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (FIESC). **SC amplia liderança na produção e exportação de carne suína em 2023.** Florianópolis, 14 mar. 2024. Disponível em: <https://fiesc.com.br/pt-br/imprensa/sc-amplia-lideranca-na-producao-e-exportacao-de-carne-suina-em-2023>. Acesso em: 14 ago. 2024.

FERNANDES, B. M. **Agricultura camponesa e/ou agricultura familiar.** *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 13., 2002, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: AGB, 2002.

FERNANDES, B. M. **Dicionário da educação do campo: território camponês.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

- FRASSON, M. **Alunos brasiguaios em Movimento na Tríplice Fronteira**. 2014. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.
- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, set./dez. 2009. DOI: 10.1590/S0101-73302009000400007
- GIMONET, J.-C. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Vozes; Paris: Aimfr, 2007.
- GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil**. Revista de Economia e Sociologia Rural, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário: primeiros resultados – Agricultura Familiar Brasil: grandes regiões e unidades da federação**. Lei da Agricultura Familiar Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Brasília, 2006.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Censo da Educação Básica 2022: notas estatísticas**. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_escolar_2022.pdf. Acesso em: 14 ago. 2024.
- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 2009.
- MÉSZÁROS, I. **Beyond capital – Towards a theory of transition**. Merlin Press, Londres, 1995.
- MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. **Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências-piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- OLIVEIRA, A. U. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, M. F.; MENDES, L.; VASCONCELOS, A. C. V.H. Desafios à permanência do jovem no meio rural: um estudo de casos em Piracicaba-SP e Uberlândia-MG. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 59, n.2, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222727>. Acesso em: 14 ago. 2024.
- RENK, A. **A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no Oeste catarinense**. 2. ed. Chapecó, SC: Argos, 2006.
- SKRZYPCZAK, V. **A educação/qualificação dos trabalhadores do campo e da cidade na lógica do capital agroindustrial, na cidade de Xaxim – SC**. 2013.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2013.

SKRZYPCZAK, V.; SCHLOSSER, M. T. S. (Des)Qualificação dos Trabalhadores Frente ao Capital Agroindustrial, na Cidade de Xaxim – SC. **Revista Pegada**, v. 15, n. 2, p. 137-166, 2014.

SOUZA, V. F. **Agricultura familiar: permanência e/ou resistência num bairro rural de Araraquara-SP**. 2002. 143 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002. Disponível em:
<https://www.repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/253053>.

SPOSITO, M. P. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Revista Educação e Pesquisa**, v. 27, n. 1, p. 87-103, jun. 2001. DOI: 10.1590/S1517-97022001000100007.

THOMAZ JÚNIOR, A. (Des)realização do trabalho no campo e os limites da teoria. 2006. Disponível em:
https://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINA%20GRADUACAO/GEOGRAFIA%20RURAL%202016/GRUPO%20M2/ENG_2006_014.pdf. Acesso em: 03 set. 2024.

VALE, A. R.; GERARDI, L. H. O. Crescimento urbano e teorias sobre o espaço periurbano: analisando o caso do município de Araraquara (SP). *In*: GERARDI, L. H. O. (Org.) **Expansão urbana e plurifuncionalidade no espaço periurbano do município de Araraquara (SP)**. Rio Claro: Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2006.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Armazém do Ipê, 2013.

VEIGA, J. E. **O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.

WANDERLEY, M. N. B. **O campesinato brasileiro: uma história de resistência**. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba-SP, v. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2015.

WERLANG, A. A. **Disputas e ocupação do espaço no Oeste catarinense: a atuação da Companhia Territorial Sul Brasil**. Chapecó, SC: Argos, 2006.

WIZNIEWSKY, C. R. F. A contribuição da geografia na construção da Educação do Campo. *In*: MATOS, K. S. A. L.; WIZNIEWSKY, C. R. F.; MEURER, A. C.; DAVID, C. (Orgs). **Experiências e diálogos em educação do campo**. Fortaleza: UFC, 2010.

WIZNIEWSKY, C. R. F.; REINIGE, L. R. S.; CASSOL, K. P. Conservando saberes camponeses: a experiência dos guardiões das sementes criolas de Ibarama/RS. *In*: WIZNIEWSKY, C. R. F.; MOURAD, L. A. F. A. (Orgs). **Educação, memória e resistência popular na formação social da América Latina**. Porto Alegre: Evangraf, 2016. p. 241-257.

ZIMMERMANN, A. **Casa Familiar Rural do Vale do Jaguari**: elementos formativos do território. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

Recebido em: janeiro de 2024

Aceito em: agosto de 2024